

PARECER PRÉVIO TC-003/2014 - SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO - TC-2514/2012
JURISDICIONADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2011
RESPONSÁVEL - ODAEL SPADETO

EMENTA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2011 -
PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO - ARQUIVAR.**

O EXMO. SR. CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES:

I- RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas Anual relativa ao exercício de 2011, procedida pelo Senhor Odael Spadeto – Prefeito Municipal de Conceição do Castelo.

Encaminhados os autos à 6ª Controladoria Técnica para análise, aquela Unidade Técnica manifestou-se mediante Relatório Técnico Contábil nº RTC – 398/2012 (fls. 1469/1499) e Instrução Técnica Inicial ITI 1018/2012 (f. 1501) que, resultou nas Decisões Preliminares 18 e 19/2013 (fls. 1503/1504), respectivamente, com o consequente Termo de Citação nº 250/2012 (fl. 496) e Termo de Notificação nº 0103/2013 (fl. 1505), para esclarecimentos e as justificativas quanto aos indícios de irregularidades apontados no item 1.2.1 do Relatório Técnico Contábil RTC nº 398/2012 e encaminhamento da documentação relacionada no item 1.1.1 do mesmo relatório:

1.1.1. Ausência do Parecer da Unidade Central de Controle Interno
Base Legal: Infringência ao artigo 127, inciso V da Resolução TC nº 182/2002 c/c artigo 4º, Caput da Resolução TC nº 227/2011 e artigo 76, § 3º da LC 621/2012; artigo 4º, parágrafo único da Resolução TC nº 227/2011 c/c artigo 45 da LC nº 621/2012; e
1.2.1. Divergência entre o valor total da despesa orçamentária fixada demonstrada no Balanço Orçamentário e o valor aprovado pela Lei Orçamentária Anual acrescido dos créditos adicionais do exercício.
Base Legal: Infringência aos artigos 85 e 90 da Lei 4.320/64

Recebida a documentação por parte do citado/notificado, às fls. 1511/1572, foram os autos encaminhados à 6ª Controladoria Técnica.

A 6ª Controladoria Técnica manifestou-se nos termos da **Instrução Contábil Conclusiva ICC – 18/2013** (f. 1575/1598), nos seguintes termos:

"Examinada a Prestação de Contas, constante do presente processo, referente ao exercício de 2011, formalizada conforme disposições do art. 127 e incisos da Resolução TC nº 182/02 desta Corte de Contas e considerando o que preceitua a legislação pertinente sob o aspecto técnico-contábil, verifica-se que as demonstrações contábeis representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial da Entidade.

Entretanto, quanto ao item 1.1.1 do RTC (Ausência do Relatório Conclusivo da Unidade de Controle Interno), verificamos o não atendimento da notificação nº 069/2013. Logo, com base no artigo 5º da Resolução TC nº 227/2011, resta sugerir a REJEIÇÃO da Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2011, sob responsabilidade do Sr. Odael Spadeto".

Todavia, em sede de INSTRUÇÃO TÉCNICA CONCLUSIVA – ITC 4008/2013 (fls. 1581/1588), a irregularidade apontada na ITC-18/2013 foi afastada, manifestando-se o Núcleo de Estudos Técnicos e análises conclusivas – NEC no sentido de que:

"6.1 Registram-se, da análise contábil, que foram observados e cumpridos os limites constitucionais mínimos de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, gastos com remuneração dos profissionais do magistério, Ações e Serviços Públicos de Saúde e foi observado o limite máximo de Despesas com Pessoal estabelecido pela LC 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

6.2 Quanto aos demonstrativos contábeis e financeiros, concluiu o Relatório Técnico Contábil RTC 398/2012 pela sua regularidade.

6.3 Quanto ao item 1.1.1 do RTC 398/2012 (Ausência do relatório Conclusivo da Unidade de Controle Interno) embora a ICC 18/2013 tenha concluído pela permanência da irregularidade, entende-se, conforme fundamentado no item 2 desta ITC, pelo seu afastamento, haja vista o disposto no artigo 2º da Resolução TC 257/2013, bem como no artigo 1º da Instrução Normativa 27/2013.

6.4 Assim, considerando que a única irregularidade apontada na ICC 18/2013 foi afastada e com fundamento no art. 319, §1º, IV da Resolução TC 261/2013, opina-se no sentido de que seja emitido PARECER PRÉVIO recomendando a APROVAÇÃO das contas do senhor Odael Spadeto, Prefeito Municipal frente à Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, no exercício de 2011, na forma prevista no artigo 80, inciso I, da Lei Complementar 621/2012".

O Ministério Público Especial de Contas, por meio da manifestação de fls. 1592/1593, acompanhando o entendimento da área técnica, manifesta-se para que seja emitido PARECER PRÉVIO recomendando-se ao Legislativo Municipal a APROVAÇÃO das contas do Executivo Municipal, referente ao exercício de 2011, sob responsabilidade de ODAEL SPADETO, na forma do art. 80, inciso I da LC n. 621/12 c/c art. 71, inciso II, da Constituição Estadual.

Assim, vieram os autos, em 07/11/2013, a este Gabinete.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Analisando os autos, no que diz respeito ao aspecto técnico contábil da presente prestação de contas, a 6ª Controladoria Técnica, através da Instrução Contábil Conclusiva, considerou que as demonstrações contábeis do Município encontram-se de acordo com as disposições contidas na legislação vigente (fl. 1586).

Além disso, restou constatado que foram obedecidos todos os limites constitucionais, vejamos:

Denominação	Reais	Limite	Executado
Receita Corrente Líquida (RCL)	27.009.601,01		
Despesa Poder Executivo ¹	12.641.498,51	máx 54%	46,80%
Despesa Consolidada (Exec/Legis) ²	12.950.267,15	máx 60%	47,95%
Receita Bruta de Impostos	18.554.796,48		
Manutenção do Ensino ³	5.113.701,90	min. 25%	27,56%
Receita cota parte FUNDEB	5.684.024,33		
Remuneração Magistério ⁴	3.735.546,68	min 60%	65,72%
Receita Impostos e Transferências	18.552.388,76		
Despesa com saúde ⁵	3.848.456,06 (*)	min. 15%	20,74%
Receita Tributária e Transferências do exercício anterior	40.373.184,69		
Passage duodécimo ao legislativo ⁶	1.118.084,64	máx. 7%	2,77%

Verificou-se, ainda, que o pagamento dos subsídios dos agentes políticos ocorreu de forma regular, conforme o art. 29, V, da Constituição Federal:

Subsídios de agentes políticos	subsídio mensal Lei 1278/2008 e 1379/2010
Deputado	R\$ 8.756,01
Prefeito	R\$ 3.657,57

Quanto à Gestão Fiscal, também constatado que o jurisdicionado cumpriu os prazos de encaminhamento dos relatórios a esta Corte de Contas, não sendo formalizado processo quanto à omissão.

III- DECISÃO

¹ Artigo 20, inciso III, alínea "b" e artigo 22 § único da Lei Complementar nº 101/2000.

² Artigo 19, inciso III da Lei Complementar 101/2000

³ Artigo 212, caput, da CRF/88

⁴ Lei 11.494/2007 e Inciso XII do Art. 60 do ADCT da CRF/88

⁵ Artigo 77, inciso III, do ADCT da CRF/88

⁶ Artigo 29-A inciso I; §2º, incisos I e III.

Ante o exposto, acompanhando o entendimento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas **VOTO** no sentido de que este Egrégio Tribunal de Contas emita **PARECER PRÉVIO** dirigido à Câmara Municipal de Conceição do Castelo, recomendando a **APROVAÇÃO** da presente Prestação de Contas apresentada por ODAEL SPADETO, relativa ao exercício de 2011, na forma do art. 80, inciso I da LC n. 621/12 c/c art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, no exercício de 2011, dando-lhe a devida quitação.

Após os trâmites de estilo, os presentes autos deverão ser arquivados.

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC-2514/2012, **RESOLVEM** os Srs. Conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia vinte e nove de janeiro de dois mil e quatorze, à unanimidade, recomendar à Câmara Municipal de Conceição do Castelo a **aprovação** da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, relativa ao exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. Odael Spadeto, Prefeito Municipal à época, arquivando-se os presentes autos após o trânsito em julgado, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges.


Composição

Reuniram-se na Segunda Câmara para apreciação os Srs. Conselheiros José Antônio Almeida Pimentel, Presidente, Sérgio Manoel Nader Borges, Relator, e Sérgio Aboudib Ferreira Pinto. Presente, ainda, Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, Procurador

Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas.


Sala das Sessões, 29 de janeiro de 2014.


CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL
Presidente

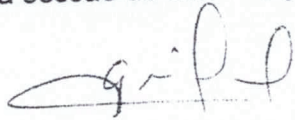

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES
Relator

AUSÊNCIA JUSTIFICADA NA SESSÃO DE LEITURA
CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Fui presente:


DR. HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA
Procurador Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral

Lido na sessão do dia: 19 MAR. 2014


ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR
Secretário-Geral das Sessões